



Editorial

A edição do primeiro volume de 2010 da Revista Direito & Justiça objetiva ser uma contribuição importante para a teoria e a prática jurídica. Os artigos expressam a produção científica atualizada acerca das relações jurídicas entre cidadãos brasileiros e o Estado, fundadas nas garantias constitucionais e articuladas pela proposta de uma hermenêutica com base em novos paradigmas para a argumentação jurídica.

Desse modo, no primeiro artigo, A EXCEPCIONABILIDADE NORMATIVA NO PROCESSO DECISÓRIO, o autor Matheus Teixeira apresenta a discussão sobre o fenômeno da excepcionalidade normativa para garantir a possibilidade de, em casos especiais e mediante adequada justificação, negar-se a aplicação à norma jurídica que se mostrar inadequada ao caso sob exame, ainda que seja este formalmente subsumível àquela.

No segundo artigo, A INTERVENÇÃO JUDICIAL COMO GARANTIA DA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE: POSSIBILIDADE E LIMITES NO CASO DOS MEDICAMENTOS, Fernanda Oliveira de Souza analisa a possibilidade de o Poder Judiciário garantir a efetivação do direito à saúde, especialmente quanto ao fornecimento de medicamentos.

Na continuidade, em seu artigo, A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES DA FEDERAÇÃO NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, Luciana Ohland propõe a abordagem acerca da construção jurisprudencial da responsabilidade solidária dos entes federativos para o fornecimento de medicamentos.

A autora Vivian de Almeida Sieben Rocha escreve o quarto artigo, que apresenta o título, A RESPONSABILIDADE CIVIL PELA PERDA DE UMA CHANCE NO DIREITO BRASILEIRO, com o objetivo de examinar a compatibilização da teoria desenvolvida na França, Itália e países integrantes do sistema *Common Law* com o ordenamento jurídico brasileiro à luz de uma concepção da responsabilidade civil fundada em um paradigma solidarista.

O quinto artigo RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO DIANTE DAS CATÁSTROFES NATURAIS de autoria de Clarissa Ferreira Jardim, através de argumentos doutrinários, jurisprudenciais e normativos, analisa a responsabilização do Estado frente aos danos causados aos lesados das catástrofes naturais.

O artigo *E-COMMERCE: A EXTINÇÃO ANORMAL DOS CONTRATOS CELEBRADOS VIA INTERNET* de Joseane Mendes Flor encerra o presente volume desta revista, visando comprovar a existência de segurança jurídica nos contratos celebrados através da *internet*.

Esta edição inova, mais uma vez, provocando reflexões sobre temas jurídicos que priorizam a aproximação entre o direito, a academia e a sociedade.